

A Subsecre Legistativa
PI sua devida tramitação
29.06.08
[Assinatura]



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 288 DE 24 DE junho DE 2008

Senhor Presidente,

Submeto a essa Augusta Assembléia Legislativa, para fins de apreciação e pretendida aprovação, o Projeto de Lei que **"Fixa o Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre"**, acompanhado de exposição de motivos assinada pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Cel José Henrique Barbosa de Albuquerque.

A presente proposta visa coadunar com o dispositivo legal preconizado no art. 149 da Lei Complementar nº 164, de 03 de julho de 2006, e foi elaborada através de um estudo conjunto realizado através da Comissão mista de oficiais e praças, com a participação da Associação de Praças, Clubes dos Oficiais e da Associação dos Militares Estaduais do Acre.

Além disso, a Proposição Normativa em relevo considerou os diversos órgãos desta instituição militar, que hoje efetivamente se encontram em pleno funcionamento e que ainda não estão contemplados na legislação em vigor.

Na presente propositura, se faz necessária uma nova leitura de contexto sob a ótica da Segurança Pública, face ao crescimento populacional, o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, o crescimento urbanístico e estrutural das cidades, o aumento e melhoria das malhas viárias, o aumento do fluxo populacional em nossas áreas de fronteiras com os países vizinhos, a interligação rodoviária via Estrada do Pacífico, o desenvolvimento empresarial e industrial, a demanda de serviços de Defesa Civil, principalmente, os desastres naturais, que, considerados de forma conjunta, acarretam uma maior demanda do Corpo de Bombeiros do Estado do Acre.



ESTADO DO ACRE

Ademais, considerando os estudos realizados por instituições credenciadas, como a ONU e os demais Corpos de Bombeiros Militares dos outros Estados da Federação, os fatores elencados e com base em critérios técnicos, conclui-se que, numa proporção estatística mediana de um bombeiro militar para cada duzentos e cinquenta habitantes no Estado, considerando que para os próximos dez anos, conforme projeções do IBGE, o Estado do Acre terá uma população superior a 01(um) milhão de habitantes, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre terá um efetivo adequado para sua população.

Neste giro, o contingente previsto no Projeto de Lei de Fixação de Efetivo ora apresentado, traduz com justeza o quantitativo de bombeiros militares necessário para proporcionar o pleno desempenho da missão constitucional da Corporação, com qualidade e eficiência, de modo a promover o bem-estar social em níveis satisfatórios em todo o Estado do Acre.

Assim, considerando a relevância da proposição, solicito o especial apoio de Vossa Excelência na agilização do encaminhamento do anexo Projeto de Lei, colocando-o para votação sob regime de urgência, numa contribuição ímpar à segurança pública.

Assinatura manuscrita do Governador do Estado do Acre.

Arnóbio Marques de Almeida Júnior
Governador do Estado do Acre

JUSTIFICATIVAS DA LEI DE FIXAÇÃO DE EFETIVO

A presente proposta para alteração da Lei de Fixação do Efetivo visa coadunar com o dispositivo legal preconizado no Art. 149, da Lei Complementar nº 164, de 03 de julho de 2006 (novo Estatuto dos Militares do Estado do Acre), e foi elaborado através de um estudo conjunto realizado através da Comissão mista de oficiais e praças, com a participação da Associação de Praças, Clubes dos Oficiais e da Associação dos Militares Estaduais do Acre, em cumprimento a designação do Comando do Corpo de Bombeiros Militar para esse fim.

Cabe ressaltar a necessidade que a lei de fixação associasse com a reformulação do Quadro da Organização que considerou os diversos órgãos desta instituição militar, que hoje efetivamente se encontram em pleno funcionamento e que ainda não estão contemplados na legislação em vigor.

Os desastres ocasionados pelos incêndios florestais em 2005, quando as adversidades ambientais proporcionaram a deflagração de inúmeros focos de incêndio em todo o nosso Estado, contabilizando com isso prejuízos imensuráveis ao meio ambiente, à centenas de produtores rurais e aos cofres do Estado, e que em 2006 fora necessário o sacrifício humano e financeiro das instituições para evitar um novo desastre ambiental, tudo isto ratifica a necessidade da reestruturação do efetivo, possibilitando ao Corpo de Bombeiros cumprir com o seu dever constitucional em todo o Estado, e não somente na capital em Rio Branco.

Atento às previsões de crescimento da população, aquecimento global, destruição gradativa da cobertura vegetal na região amazônica, a premissa de valorização dos recursos naturais, do meio ambiente, onde o homem faz-se cada vez mais inserido neste contexto; analisando a perspectiva de ampliação de tráfego na via Transoceânica, com o incremento de pólos industriais, de comércio e de turismo. Paralelamente, vê-se o incremento do número e da gravidade das ocorrências em vias de grande fluxo e em centros de grande complexidade que justificam a implantação de Unidades Operacionais de Bombeiros nessas regionais e por conseqüente a reorganização da instituição.

De acordo com o cenário atual, se faz necessário uma nova leitura de contexto sob a ótica da Segurança Pública, face ao crescimento populacional, o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, o crescimento urbanístico e estrutural das cidades, o aumento e melhoria das malhas viárias, o aumento do fluxo populacional em nossas áreas de fronteiras com os países vizinhos, a interligação rodoviária via Estrada do Pacífico, o desenvolvimento empresarial e industrial, a demanda de serviços de Defesa Civil, principalmente, os Desastres Naturais, que considerados de forma conjunta acarretam uma maior demanda desta corporação, daí decorrendo a premente e incontestada necessidade de se traçar diretrizes estratégicas e operacionais, que há de se iniciar pela reestruturação jurídica e normas legais do Corpo de Bombeiros.

Ainda com arrimo no planejamento das diretrizes estratégicas e operacionais, não podemos deixar de considerar o cenário futuro. Neste sentido, procedendo a uma prospecção sócio-econômica, o que se vislumbra é inegavelmente um crescimento ainda maior dos fatores mencionados, com reflexos diretos na área de segurança pública e na atuação da Defesa Civil, a qual repousa sobre a responsabilidade dos entes Estatais.

Neste diapasão, a corporação com os olhos voltados para a conjuntura de desenvolvimento do Estado, e com o fito de estar sempre à frente da real necessidade de atendimento da sociedade acreana, no que tange a preservação da Incolumidade Pública, apresenta o Anteprojeto de Lei que fixa o novo efetivo do Corpo de Bombeiros Militar, com base em estudos realizados por instituições credenciadas, como a ONU e os demais Corpos de Bombeiros Militares dos outros Estados do Brasil.

Tais estudos nos remetem a uma proporção estatística mediana de um bombeiro militar para cada duzentos e cinquenta habitantes no Estado, considerando que para os próximos dez anos, conforme projeções do IBGE, o estado do Acre terá uma população superior a 01(um) milhão de habitantes, considerando uma série de fatores, dentre os quais: população, relevo, disposição geográfica, concentração demográfica, distribuição da população por tipos de edificações (horizontal ou vertical), acessibilidade, centralização das instituições do poder público, financeiras, industriais, comerciais, etc.

Outro aspecto relevante a ser observado relaciona-se a execução de atividades desenvolvidas por bombeiros militares em outros órgãos do Estado e município ou áreas consideradas de caráter sensível, como por exemplo: a defesa civil municipal, de atividades de preservação e educação na área ambiental, atividades de ensino em segurança pública e defesa civil, atividades de prevenção e fiscalização dentre outras que são necessárias para preservação de vidas e bens.

Neste giro, considerando os fatores elencados e com base em critérios técnicos, conclui-se que o contingente previsto na Lei de Fixação de Efetivo, traduz com justeza o quantitativo de bombeiros militares necessário para proporcionar o pleno desempenho da missão constitucional da Corporação, com qualidade e eficiência, de modo a promover o estado de bem-estar social em níveis satisfatórios em todo o Estado do Acre.

A comissão designada para elaborar os estudos atinentes à legislação em epígrafe, pautou-se não somente no anseio da corporação, mas principalmente nas linhas mestras que balizaram tal estudo, observando as condições econômicas e sociais do Estado, a modernização necessária à instituição e principalmente a continuidade da política de desenvolvimento sustentável do governo estadual.

Respeitosamente,



José Henrique Barbosa de Albuquerque – Cel BM
Comandante Geral da CBMAC



ESTADO DO ACRE

PROJETO DE LEI Nº 32 DE 24 DE Junho DE 2008

Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre é fixado conforme Quadro constante do Anexo Único desta lei.

Art. 2º Os oficiais e praças integrantes do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares – QOBM e Quadro de Praças Bombeiros Militares – QPBM passam a integrar o Quadro de Bombeiros Militares Estaduais Combatentes – QBMEC.

Art. 3º Fica criado o Quadro de Oficiais de Administração do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre – QOABM, com efetivo na proporção de trinta por cento do efetivo do Quadro de Bombeiros Militares Estaduais Combatentes – QBMEC, nos postos de 2º Tenente BM, 1º Tenente BM, Capitão BM e Major BM, conforme quadro constante do Anexo Único desta lei.

§ 1º O acesso e o preenchimento das vagas existentes no primeiro posto do QOABM aos Subtenentes BM obedecerão à classificação final no Curso de Habilitação Oficial de Administração Bombeiro Militar - CHOA/BM e aos seguintes requisitos:

- I - possuir nível superior completo;
- II - estar classificado, no mínimo, no comportamento bom;
- III - ser considerado apto em inspeção de saúde;
- IV - não estar licenciado para tratar de interesse particular; e
- V - não estar cumprido sentença condenatória.

§ 2º Para promoção ao Posto de Major do QOABM, é necessário que o oficial tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO.



ESTADO DO ACRE

PROJETO DE LEI Nº

DE DE

DE 2008

§ 3º Fica assegurada aos Bombeiros Militar que já concluíram ou que estejam cursando o CHOABM até a data de publicação desta lei, a promoção ao posto inicial do QOABM, dentro das vagas existentes, e que atendam os requisitos estabelecidos nos incisos II a V do § 1º deste artigo.

Art. 4º O efetivo do Quadro de Oficiais de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - QOBMS é fixado de conformidade com o Anexo Único desta lei.

Art. 5º O efetivo de praças de que trata o art. 17 da Lei Complementar nº 164, de 03 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre, terá número variável até o limite correspondente ao número de vagas existentes no posto ou graduação correspondente, conforme Anexo Único desta lei.

Art. 6º Não serão computados nos limites dos efetivos fixados, os bombeiros militares da reserva remunerada designados para o serviço ativo e os alunos dos Cursos de Formação de Oficiais.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as Leis nºs 1.013, de 19 de dezembro de 1991; 1.356, de 29 de dezembro de 2000; 1.437, de 28 de janeiro de 2002; 1.466 de 04 de julho de 2002 e o Decreto nº 149, de 09 de julho de 1992.

Rio Branco-Acre, de de 2008, 120º da República, 106º do Tratado de Petrópolis e 47º do Estado do Acre.

Arnóbio Marques de Almeida Júnior
Governador do Estado do Acre



ESTADO DO ACRE

PROJETO DE LEI Nº

DE

DE

DE 2008

ANEXO ÚNICO

QUADRO GLOBAL DE EFETIVO DO-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ACRE				
POSTO OU GRADUAÇÃO BM	QUADROS			
	QBMEC	QOBMS	QOABM	TOTAL
CORONEL	2	-	-	2
TENENTE CORONEL	6	1	-	7
MAJOR	12	3	3	18
CAPITÃO	15	3	4	22
PRIMEIRO TENENTE	19	3	5	27
SEGUNDO TENENTE	25	3	7	35
SUBTENENTE	30	-	-	30
PRIMEIRO SARGENTO	56	-	-	56
SEGUNDO SARGENTO	96	-	-	96
TERCEIRO SARGENTO	1.448			1.448
CABO				
SOLDADO				
TOTAL GERAL	1.741			